

ção didática de Nísia Floresta, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, *Negros e educação no Brasil*, Lúcio Kreutz, *A educação de imigrantes no Brasil*, Cynthia Greive Veiga, *Educação estética para o povo*, Guacira Lopes Louro, *O cinema como pedagogia*, e José Gonçalves Gondra, *Medicina, higiene e educação escolar*.

O fato de que os temas emergentes constituam o conjunto mais numeroso não é o único indicador do caráter inovador da obra. Com efeito, também os temas de que tradicionalmente se ocupam os estudos de história da educação são tratados, no livro, com novo enfoque, seja questionando explicitamente as versões anteriores, seja abrindo caminho para a compreensão de aspectos não privilegiados naquelas versões.

500 anos de educação no Brasil é, pois, uma obra de grande relevância, pois torna acessível aos professores de história da educação e aos educadores, de modo geral, um conjunto amplo de estudos oriundos de investigações realizadas nas universidades e nos centros de pesquisa de nosso país. Em tal condição, este livro expressa o significativo desenvolvimento da historiografia atual da educação brasileira ao mesmo tempo em que dá ao conhecimento do público alguns dos importantes resultados já obtidos. De posse desses resultados os professores poderão elevar, também, a qualidade do ensino não apenas da história da educação mas das demais disciplinas que, em larga medida, se baseiam no conhecimento histórico para o desenvolvimento de seus conteúdos curriculares.

Dermeval Saviani

Universidade Estadual de Campinas

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

Redijo a presente nota de leitura sob o duplo impacto de ter lido e “ter ouvido” o livro. Explico: é que o livro em referência é uma coletânea de textos apresentados durante o IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, realizado em Campinas, em dezembro de 1997, ao qual assisti. Li o livro, tendo antes participado do evento.

O livro consta de uma Apresentação, pelos organizadores, uma Introdução e três partes. Na Introdução, Dermeval Saviani (UNICAMP) lamenta que os historiadores, em geral, com poucas exceções, não tenham “se ocupado, com a desejável acuidade, das questões epistemológicas da história” (p. 9). Retomando Ciro Flamarion Cardoso, Saviani localiza nos paradigmas “iluminista” e “pós-moderno” os dois pólos do atual embate teórico-metodológico nos “domínios da história”. Posicionando-se no interior do primeiro, o autor situa no “entusiasmo” dos “jovens investigadores da história da educação” pelo segundo, e particularmente por um dos seus principais nomes, Michel Foucault, parte das atuais dificuldades na área. Daí a necessidade e a importância para a história da educação de aprofundar o debate epistemológico.

A parte um, denominada “Questões teórico-metodológicas da história”, abre com o artigo em que Edgar Salvadori de Decca (UNICAMP) faz uma revisão de algumas das mais significativas propostas da “história como narrativa”, a começar por Hayden White e chegando a Edward P. Thompson. Para este último, um “marxista peculiar” com quem de Decca manifesta grande afinidade, a história “é herdeira da narratividade”. Segundo o autor, o retorno da narrativa é alvissareiro para a história, mas coloca problemas que exigem atenção. O segundo artigo é de José Carlos Reis (UFMG), que defende a tese de que a Escola dos Annales foi uma espécie de refúgio para pesquisadores esgotados

pelos duas grandes guerras mundiais e pelas revoluções que, em nome da aspição ao progresso, marcaram a Europa no século XX: em reação à turbulência, buscaram as permanências, a longa duração, a história quase imóvel das estruturas renitentes à mudança. O terceiro artigo dessa primeira parte é de José Paulo Neto (UFRJ e PUC-SP), que aponta para a atualidade do pensamento de Marx na compreensão das leis fundamentais que regem a economia e a sociedade capitalista.

A parte dois, “Questões teórico-metodológicas da história da educação”, começa com um trabalho de Zeila de Brito Fabri Demartini (UNICAMP e USP), que destaca as relações entre as ciências sociais e a história e a contribuição da história oral para a pesquisa histórica. Elomar Tambara (UFPEL), a seguir, advoga “uma posição ecumênica” contra uma história da educação “feita ‘em remendos’”. Mirian Jorge Warde (PUC-SP) defende a inserção da história da educação como uma “história de disciplina específica” e aponta a fecundidade da colaboração entre as ciências sociais e a história. Fecha esta parte a comunicação de Zaia Brandão (PUC-RJ), que, partindo de um trabalho de Anísio Teixeira sobre a educação e a ciência, problematiza a identidade do campo da história da educação e incorpora ao seu âmbito, num “mergulho disciplinar”, contribuições de nomes da história cultural contemporânea, como Robert Darnton e Carlo Ginzburg.

A parte três, “Questões relativas à trajetória da pesquisa em história da educação no Brasil”, abre com um artigo de Jorge Nagle (UNESP), em que são narrados os caminhos de investigação de seu clássico *Educação e sociedade na Primeira República*. A seguir, Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG) mostra seu itinerário desde a preocupação inicial com “uma visão macroestrutural que ressaltasse o contexto histórico e a crítica social” até seu “encontro com a pesqui-

sa”, quando localizou uma nova linha de investigação no relacionamento entre a educação e o direito. Fechando o volume, Maria Luísa Santos Ribeiro, uma das pioneiras da historiografia educacional brasileira na linha do materialismo histórico, apresenta sua via investigativa em três estações: a primeira, sob a presença do magistério de História da Educação, marcada pela questão da periodização; a segunda, voltada para a questão da formação de professores, timbrada pelo emprego metodológico da história oral; e a terceira, resultante de sua inserção no movimento político de professores universitários, com a marca da militância.

A leitura deste livro oferece, aos que se iniciam ou mesmo aos que já têm algum andar pela senda da história da educação, uma excelente visão panorâmica do campo e, particularmente, de seus problemas epistemológicos.

Sérgio Castanho
UNICAMP

ALMEIDA, José Ricardo Pires de.
Instrução pública no Brasil (1500-1889). Trad. Antonio Chizzoti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes.
2ª ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

Escrito em francês, publicado pela primeira vez em 1889, dedicado ao gênero do Imperador e totalizando 1.102 páginas, o livro *L’Instruction Publique au Brésil – Histoire – Legislation*,¹ após a sua primeira edição em português, em 1989, vem se consolidando como uma obra básica para qualificação do debate acerca da educação escolar brasileira nos períodos colonial e imperial. Ao mesmo tempo, tem permitido uma reflexão acerca da historiografia da educação brasileira ao ser tomado como objeto por intermédio do qual se pode discutir a ordem que possibilitou o seu aparecimento, bem como a ordem que o mesmo procura instaurar.

A primeira edição em português, traduzida pelo professor Antonio Chizzotti (PUC-SP),² publicada em sistema de co-edição entre o INEP e a PUC-SP, já se encontrava esgotada e, nesse sentido, a sua reedição constituiu-se em boa notícia para a comunidade acadêmica. A nova edição foi realizada sob a responsabilidade de Maria do Carmo Guedes,³ tendo sido viabilizada pela parceria entre a EDUC⁴ e o “Programa de Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores”, do INEP.

Na 2ª edição em português, foram mantidas a mesma tradução, a mesma ordenação e a mesma paginação da primeira, buscando-se, porém, uma maior aproximação com a edição original francesa, com a supressão do relatório de Gonçalves Dias, introduzido na 1ª edição por decisão do tradutor. Em substituição à apresentação do INEP, presente na 1ª edição, há a inclusão de notas explicativas da organizadora e pequenas alterações na apresentação assinada pelo tradutor⁵. Ressalto, ainda, a alteração na capa da obra, menos por sua diagramação do que pela imagem selecionada. No caso, substituiu-se a imagem da fachada de uma instituição educacional do século XIX – o Colégio de Pedro II, pelo fragmento de uma “carta da Costa Atlântica do século XVII”. Nessa nova seleção, tanto pela imagem, como pelo período a que ela remete, o leitor é distanciado dos conteúdos e do tempo privilegiado na própria obra, que encontram-se concentrados na análise das políticas públicas, com ênfase nos anos 800. Nessa linha, vale registrar que as únicas imagens utilizadas nas duas edições traduzidas não constam na edição original. Aliás, a imagem de D. Pedro II, a única presente no original, foi suprimida.⁶ Tal decisão minimiza o traço de oficialidade da obra, embora ao longo do texto o Imperador reapareça sob as representações de modesto, caridoso, pai exemplar, ilustrado, simpático, apreciado e de

pensamento puro, o que o faz prever que “um dia virá [...] que o nome agosto de D. Pedro II ingressará na história; então, a imparcial posteridade, na plenitude de sua séria e severa justiça, terá apenas gratidão, reconhecimento e admiração pelo sábio monarca que fez o Brasil entrar no concerto das nações civilizadas” (2000, p. 206-207). Colocando-se, então, como um homem à frente de seu tempo, o autor assinala que “aquele que escreveu estas linhas foi inspirado, apenas, pela verdade, da qual sua consciência está possuída” (2000, p. 207). Com isso, pode-se perceber que a decisão de imprimir a imagem do Imperador no início da obra original não cumpria apenas um função ilustrativa, já que tal presença antecipa e sintetiza a própria perspectiva com que a instrução pública seria registrada.

No que se refere ao livro, o autor, médico e monarquista, ao privilegiar o emprego das fontes oficiais, ressalta ao longo de seu discurso pontos de tensão em torno dos quais não se furta de emitir sua posição, muitas vezes colidindo com a crença difundida de que sua obra é toda ela laudatória e ufanista. Tais adjetivos podem ser associados aos heróis da história da educação constituídos pela/na escrita do Dr. Pires de Almeida, o que não ocorre em relação aos diversos pontos por ele abordados ao longo de seu estudo, dentre os quais caberia lembrar a questão do financiamento, da formação de professores, dos concursos, da estrutura e de funcionamento do ensino, das instituições escolares e da legislação.

Esse procedimento do Dr. Pires de Almeida evidencia-se, por exemplo, quando examina a adoção do princípio da gratuidade nas escolas públicas de ensino primário e no externato do ensino secundário. Embora considere o ministro Coutto Ferraz⁷ um grande “homem de Estado”, ele posiciona-se contrariamente à adoção de tal princípio presente na reforma conduzida pelo homem que admira, argumentando que “a gratuidade traz consigo a indiferença do